

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA XXXX VARA
CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXXXXX.**

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA AOS AUTOS n. XXXXXXXX

FULANO DE TAL, já qualificada nos autos em epígrafe, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, vem à presença de Vossa Excelência, requerer

ISENÇÃO DE FIANÇA

com fulcro no artigo 350, caput, do Código de Processo Penal, aduzindo para tanto o seguinte:

BREVE RELATO

A denunciada foi presa em flagrante aos XX/XX/XXXX, pela suposta prática da conduta prevista no artigo 155, do Código Penal **(cópia do APF anexa)**.

Aos XX/XX/XXXX, a MM. Juíza do Núcleo de Audiências de Custódia - NAC concedeu liberdade provisória a indiciada, mediante o pagamento de fiança arbitrada no valor de R\$ XXXX (XXXXXXXXXX) reais.

Entretanto, destarte a concessão de liberdade provisória e a ausência dos elementos que autorizem a manutenção da segregação cautelar da indiciada, esta permanece preso há XX (XXXXXX) dias, **prisão que somente persiste pela impossibilidade da indiciada e de seus familiares, em arcar com os custos da fiança.**

Em apertada síntese, eis o relatório.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Primeiramente, em regra, a Defensoria Pública não possui meios de declarar as condições econômicas do acusado, quando este se encontra recluso.

Essas informações somente são transmitidas a este Núcleo quando familiares do assistido nos procuram para postulação de medida judicial destinada a sua soltura ou no momento que o mesmo é levado à presença do magistrado, quando da realização da audiência de custódia.

Ocorre que, até o presente momento, **nenhum familiar da assistida compareceu a este Núcleo para prestar tais informações**, o que dificulta ainda mais o trabalho deste Órgão.

Em que pese à precariedade nas informações aptas a demonstrar a real situação financeira da indiciada, **em sede de audiência de custódia, durante entrevista com o Defensor designado para o ato, a assistida declarou que atualmente está desempregada, que possui X filhos e está grávida de XXXXX meses.**

Na oportunidade, a indiciada declarou ainda não possuir condições financeiras de arcar com os custos da cautela imposta, conforme se observa na **declaração de hipossuficiência** anexa.

Ademais, conforme se observa na cópia do APF que instrui o pedido de isenção, a indiciada indicou como endereço a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, local onde poderá ser encontrada, caso seja colocada em liberdade.**

As informações acima citadas foram extraídas da Ficha de Atendimento da indiciada e do APF (cópias anexas).

Ademais, aos XX/XX/XXXX a assessoria jurídica da Penitenciária Feminina do XXXXXX, na pessoa da servidora FULANA DE TAL (XXXXXXXX e XXXXXXXX), entrou em contato com este NAJ informando sobre a situação da presa, ESPECIALMENTE POR SEU AVANÇADO ESTADO GESTACIONAL E PELO FATO DA INTERNA POSSUIR DEPENDENTES MENORES, indicativos mais do que suficientes de que o caso em apreço comporta peculiaridades que devem ser analisadas com maior sensibilidade.

Assim, diante das informações prestadas pela indiciada no momento da prisão e quando da audiência de custódia, é possível inferir **que se esta se encontra presa há X (XXXX) dias, é somente porque não possui qualquer condição econômica de suportar a cautela imposta, tendo em vista que ninguém, a princípio, manter-se-ia privado de sua liberdade, se pudesse por outro meio garanti-la.**

Diante disso, o presente caso deve ser analisado com maior cuidado, pois com base nas informações apuradas, restou demonstrada a total incapacidade da indicada de arcar com os custos da cautela arbitrada, sem prejuízo do sustento próprio e de seus dependentes, não podendo, por tal situação, ser privado de sua liberdade.

Nesse sentido, o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios se manifestou favorável à isenção de fiança em dessa linha. Vejamos:

HABEAS CORPUS. CRIME DE FURTO SIMPLES. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE FIANÇA. COMPROVAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DIANTE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PACIENTE. DISPENSA DA FIANÇA. ARTIGO 325, § 1º, INCISO I, DO CPP. ORDEM CONCEDIDA. 1. No caso dos autos, o Juiz entendeu que não estavam presentes os requisitos da prisão preventiva e concedeu a liberdade provisória, impondo o pagamento de fiança no valor de R\$ XXX (XXXXXXXXXXXXX),

a delito ao qual a lei estabelece como limitação para fixação de valores de fiança o montante de XX (XX) a XXX (XXX) salários mínimos, pois a pena máxima abstrata do crime de furto simples não é superior a quatro anos. 2. O § 1º do artigo 325 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei n.º 12.403/2011, autoriza o magistrado a reduzir ou dispensar o pagamento da fiança se restar demonstrado que a situação econômica do preso assim recomenda. Tal dispositivo visa impedir que a fiança se torne elemento de imposição de desigualdade entre os indivíduos, garantindo a liberdade apenas aos mais abastados e permanecendo segregados os indivíduos mais pobres. 3. **Na espécie, restou demonstrado que a quantia é exacerbada para as possibilidades econômicas do paciente, pois este permaneceu preso por X (XXXXX) dias, sem que tenha recolhido o valor arbitrado, além de que, na delegacia, declarou que é morador de rua e que trabalha como vendedor, auferindo R\$ XXX mensais.** 4. **Tais elementos demonstram que o paciente não possui condições econômicas de arcar com o pagamento da fiança, razão pela qual esta deve ser dispensada, nos termos do artigo 325, § 1º, inciso I, do Código de Processo Penal.** 5. **Ordem concedida para dispensar a fiança arbitrada ao paciente e colocá-lo em liberdade mediante termo de comparecimento aos atos processuais,** sujeitando-o, ainda, às obrigações constantes dos artigos 327 e 328 do Código de Processo Penal, com fundamento nos artigos 325, § 1º e 350, ambos do mesmo Codex, sem prejuízo das medidas já fixadas e de outras que o Juízo a quo julgar conveniente. (Acórdão n.965983, 20160020356246HBC, Relator: ROBERVAL CASEMIRO BELINATI 2ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 08/09/2016, Publicado no DJE: **19/09/2016**. Pág.: 136/146)

Ainda sobre as especificações que o caso comporta, cumpre trazer a esta baila a recente decisão da Egrégia Suprema Corte, acerca da possibilidade de ser deferida prisão domiciliar a presa com filho menor de XX anos, processada pela suposta prática de crime que não envolva grave ameaça.

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), ao teor do **HC XXXX** (cópia da notícia anexa), apresentado na dimensão coletiva, sob a relatoria do Ministro FULANO DE TAL, concedeu a ordem para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar – sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no artigo 319 do CPP – de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças com até 12 anos sob sua guarda ou pessoa com deficiência, listadas no processo pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e outras autoridades estaduais, enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça.

O fundamento utilizado foi o de que o artigo 318, do Código de Processo Penal, que versa sobre as possibilidades de substituição de prisão preventiva pela modalidade domiciliar, em recente alteração, trouxe no bojo dos **incisos IV e V, a substituição da prisão preventiva pela domiciliar a gestantes e a mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos**, situação que se amolda perfeitamente ao caso em apreço.

Assim, verificada impossibilidade da indiciada em arcar com a fiança arbitrada, e diante da possibilidade de deferimento da prisão domiciliar, tendo em vista o preenchimento dos requisitos necessários somados aos precedentes da e. Suprema Corte, forçoso reconhecer a necessidade do deferimento da isenção de fiança pleiteada, a fim de seja restituído o mais breve possível o *status libertatis* da indiciada.

Dessa forma, a Defesa requer, com fulcro no artigo 5º, inciso LXVI, da Constituição da República Federativa do Brasil, e art. 350, caput, do CPP, e diante das informações trazidas, a isenção do valor da fiança pelos motivos já expostos.

DO PEDIDO

Ante o exposto, requer a Defesa:

- 1) A concessão de liberdade provisória sem fiança**, haja vista sua possibilidade econômica, com a imediata expedição do Alvará de Soltura, para que possa responder ao processo criminal em liberdade; ou
- 2) Seja realizada inspeção judicial na residência da indiciada** para comprovar sua situação de hipossuficiência; ou
- 3) Seja expedido mandado de averiguação;** ou
- 4) Seja designada audiência de justificação;** ou
- 5) Seja oficiada a receita federal para entregar a última declaração realizada pela indiciada.**

Termos em que pede deferimento.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
Defensor Público
XXXXXX

FULANO DE TAL
Mat. XXXXXXXX OAB